

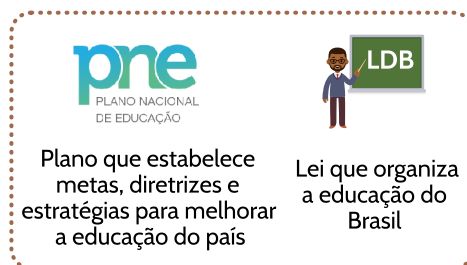
História e cultura afro-brasileira e indígena no currículo dos ensinos fundamental e médio

A educação é importante para garantir a cidadania de todos, independente de sexo, raça, etnia ou religião. No passado, a educação no Brasil não dava a devida importância às contribuições de negros e indígenas para o desenvolvimento do país.

Para corrigir isso, foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) o art. 26-A, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no ensino fundamental e médio. Essa questão também é encontrada no Plano Nacional de Educação (PNE).

Atento a esse cenário, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará está realizando uma auditoria para avaliar como esses conteúdos estão sendo incorporados nos currículos escolares.

Veja abaixo informações sobre essa auditoria:



Qual o objetivo?



Verificar se o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena está nos currículos das escolas de ensino fundamental e de ensino médio.

Quem será fiscalizado?



Secretaria de Educação do estado do Ceará

Secretaria de Educação dos municípios de: Deputado Irapuan Pinheiro Amontada Itapajé

Quais as etapas da auditoria?



Planejamento

A equipe planeja o que será feito durante a auditoria



Execução

Tudo o que foi pensado no planejamento é executado em campo pela equipe



Relatório

A equipe emite um relatório com as constatações e propostas de encaminhamento



Opinião do gestor

O gestor recebe o relatório e pode emitir opinião sobre as constatações da equipe



Conclusão

A equipe analisa os comentários do gestor e emite o relatório final da auditoria



Julgamento

O relatório segue para ser julgado pelo plenário

Que questões serão investigadas?

A equipe irá investigar a inclusão do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo das escolas avaliando:



Existência de norma



Formação dos profissionais da educação



Existência de materiais didáticos e paradidáticos



Ações para inserir o assunto na rotina dos estudantes



Orientações da Seduc e Secretarias Municipais de Educação



Disponibilidade de dinheiro para realizar ações

Que atividades serão realizadas?



Análise de documentos



Realização de entrevistas



Observação da rotina das escolas e das Secretarias de Educação



Aplicação de questionários

Quais os benefícios esperados?



Tornar efetiva uma política educacional que considere a participação dos povos negros e indígenas na formação da história e cultura do país

Informações gerais



Auditoria em andamento sob responsabilidade da Diretoria de Fiscalização de Temas Especiais II



Versão em linguagem simples elaborada pela Assessoria de Qualidade e Inovação em abr/2024



Secretaria de Controle Externo (TCE/CE)



Dados do processo

Processo nº: 37372/2023-4
Consulte em <https://www.tce.ce.gov.br/contexto/>